

CADERNO DE ENCARGOS

CP

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual CP, sendo constituído pelas seguintes Condições Particulares e, no que nelas não estiver especialmente previsto, pelas Condições Gerais de Aquisição de Bens e Serviços CP, em anexo.

Condições Particulares

1. Objeto

- 1.1 Constitui objeto do contrato a celebrar a prestação de serviços de exploração de cafetaria e bar a bordo dos comboios Alfa Pendular (AP) e Intercidades (IC) da CP.
- 1.2 A exploração será efetuada por conta e risco do adjudicatário, sem prejuízo do estabelecido nas cláusulas do presente Caderno de Encargos.

2. Duração do Contrato

- 2.1 Sem prejuízo do disposto no artigo 27, o contrato a celebrar vigorará pelo período de 2 (dois) anos, sendo automaticamente renovável pelo período de 9 (nove) meses desde que nenhuma das partes se oponha à renovação, através de carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima estabelecida no número seguinte.
- 2.2 A oposição à renovação pelo Adjudicatária deve ser notificada à CP com a antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias e a oposição à renovação pela CP deve ser notificada com a antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias.

3. Anexos

São parte integrante do presente Caderno de Encargos, para todos os efeitos contratuais e legais, os seguintes anexos:

1. Equipamentos do bar IC;
2. Equipamentos do bar AP;
3. Lista de comboios - serviços regulares em vigor;

4. Condições Gerais de Aquisição de Bens e Serviços CP.

4. Âmbito

4.1 No âmbito do contrato a celebrar, é obrigação do adjudicatário a exploração dos serviços de cafetaria e bar a bordo dos seguintes comboios da CP:

a) AP - serviços regulares (cfr. Anexo 3), especiais e de desdobramento, que circulam nos eixos Lisboa / Porto / Braga, Porto / Faro e vice-versa; e

b) IC - serviços regulares (cfr. Anexo 3) e especiais, que circulam nos eixos Lisboa/Porto/Braga, Lisboa/Valença, Lisboa/Guimarães, Lisboa/Covilhã/Guarda, Lisboa/Coimbra/Guarda, Lisboa/ Évora (/Elvas) e Lisboa/Faro/Lisboa.

4.2 No que diz respeito ao eixo Lisboa/Évora (/Elvas), referido na alínea b) do número anterior, clarifica-se que, no momento atual, o percurso tem o seu término em Évora, por restrições de via, sendo que, quando tais restrições deixarem de existir, o percurso far-se-á até Elvas, devendo, nessa altura, o adjudicatário assegurar o serviço no eixo Lisboa/Elvas.

4.3 Se, durante o tempo de vigência do contrato, a CP alterar a sua oferta comercial, o serviço de cafetaria e bar a prestar deverá adequar-se aos novos percursos e horários introduzidos, nos termos previstos no presente Caderno de Encargos.

5. Caracterização da prestação de serviços – Cafetaria/Bar

5.1 No âmbito do contrato, o adjudicatário deve:

a) Assegurar serviço permanente de bar em todos os comboios referidos em 4.1, nos seguintes trajetos:

i. AP:

- a. Lisboa/Porto/Braga;
- b. Braga/Porto/Lisboa;
- c. Porto/Lisboa/Faro;
- d. Faro/Lisboa/Porto.

ii. IC:

- a. Lisboa/Porto;
- b. Porto/Lisboa;
- c. Lisboa/Faro;

- d. Faro/Lisboa;
- e. Lisboa/Covilhã/Guarda;
- f. Guarda/Covilhã/Lisboa;
- g. Lisboa/Coimbra/Guarda;
- h. Guarda/Coimbra/Lisboa;
- i. Lisboa/Évora(/Elvas);
- j. (Elvas/) Évora/Lisboa.

b) Assegurar serviço de minibar, ao lugar, em todos os AP, com tripulante dedicado, garantindo:

- i. No mínimo, duas passagens por sentido com desfasamento temporal mínimo de 45 minutos entre elas, nos seguintes trajetos:
 - a. Entre Porto/Lisboa e vice-versa;
 - b. Entre Lisboa/Faro e vice-versa.
- ii. Atendimento a pedido, mediante implementação de sistema de pedidos no lugar, a que se refere a cláusula 5.13 seguinte;
- iii. Prestação com equipamento móvel, a ser fornecido pelo adjudicatário;
- iv. Oferta disponível mediante seleção de produtos existentes no bar, aos mesmos preços.

5.2 Caso, no início do contrato, se verifique não ser possível a prestação do serviço na totalidade do trajeto Lisboa/Coimbra/Guarda, em virtude das obras que decorrem na linha ferroviária da Beira Alta, o serviço de bar será assegurado no trajeto que estiver, à data, disponível, alargando-se, progressivamente e na medida da reabertura daquela linha, até à Guarda.

5.3 Os tripulantes, que prestam o serviço a bordo, deverão apresentar-se devidamente fardados e identificados, revelando uma postura/imagem coerente com os padrões de elevada qualidade do serviço AP e IC, estando incumbidos, nomeadamente, de:

- a) Assegurar a logística e manutenção do espaço, garantindo a todo o momento boas condições de conforto e asseio;
- b) Assegurar anúncio sonoro bilingue (português/inglês), informando da existência de serviço de bar, sendo que o seu texto será indicado pela CP.



- 5.4 O serviço de cafetaria e bar deverá oferecer uma diversidade de produtos embalados para refeições leves (sandwiches, bolos, salgados, chocolates e bebidas quentes e frias) em conformidade com os padrões e normas de qualidade legalmente estabelecidas, em que a gama de produtos comercializada será composta, no mínimo por:
- a) Bebidas não alcoólicas - Café expresso (normal ou descafeinado), leite, café com leite, chá (2 variedades), leite achocolatado, néctares (1 variedade), refrigerantes (2 variedades);
 - b) Águas com e sem gás (1 variedade de cada), sendo o stock mínimo de águas sem gás de 100 unidades por circulação;
 - c) Bebidas alcoólicas - Cervejas (2 variedades), vinho tinto e branco (1 variedade de cada);
 - d) Aperitivos - Batatas fritas, salgados (2 variedades), nomeadamente empadas, rissóis, croquetes, pasteis de bacalhau, e frutos secos (2 variedades);
 - e) Doces - Chocolates, bolos de pastelaria (2 variedades de cada);
 - f) Sanduíches frescas - de conteúdo variado (4 variedades);
 - g) Pão simples e croissants frescos;
 - h) Frios - Salada (1 variedade);
 - i) Fruta fresca, embalada ou em copo (1 variedade);
 - j) Opções de menu saudáveis de pequeno-almoço, a propor pelo adjudicatário.
- 5.5 A oferta disponível no serviço de bar deve ser renovada com regularidade, pelo menos trimestralmente, e será baseada em produtos de boa qualidade e de marcas conhecidas, em quantidade adequada à procura previsível e preços de venda semelhantes aos praticados no mercado.
- 5.6 O adjudicatário pode, ainda, complementar a oferta disponível no serviço de bar, com a comercialização de jornais e revistas.
- 5.7 Antes de disponibilizados aos clientes, os componentes da oferta e respetivos preços serão sempre previamente validados pela CP.
- 5.8 A carta do bar será obrigatoriamente bilingue (português/inglês).



- 5.9 O adjudicatário deverá ter disponível o pagamento a dinheiro e com cartão de débito.
- 5.10 A CP poderá solicitar outros serviços no âmbito do serviço de atenção ao Cliente, desde que não aumente a necessidade do número de tripulantes e sem custos acrescidos.
- 5.11 Os tripulantes do adjudicatário poderão ainda exercer outras funções a bordo que a CP venha a determinar, sem prejuízo das identificadas no presente Caderno de Encargos.
- 5.12 A CP, sempre que necessário, poderá efetuar ações promocionais, de divulgação ou questionários de satisfação junto dos clientes, cabendo ao tripulante a distribuição e recolha deste material, no bar. Para o efeito, a CP contactará o adjudicatário para que proceda à distribuição e recolha em causa, disponibilizando o material para este fim.
- 5.13 O adjudicatário deverá disponibilizar um sistema de pedidos com entrega ao lugar, acessível online ou através de aplicação móvel, a implementar no prazo máximo de 6 meses após o início de execução do contrato.

6. Abastecimento dos bares

- 6.1 O adjudicatário é responsável pela obtenção de todos os produtos alimentares necessários para o serviço garantindo as necessárias condições de qualidade, salubridade, higiene e segurança alimentares, dos produtos comercializados.
- 6.2 Sempre que, entre trajetos, os comboios fiquem sem energia, bem como nas situações descritas na cláusula 7.7 seguinte, todos os produtos devem ser descarregados e armazenados em local e condições que garantam a manutenção da sua qualidade, designadamente nos indicados no Anexo 3.
- 6.3 Os bares deverão ser abastecidos até 15 minutos antes da sua partida.
- 6.4 Os serviços de bar serão disponibilizados aos Clientes 5 minutos antes da hora de partida do comboio, considerando-se concluído no fim dos trajetos, referidos na cláusula 5.1.

- 6.5 O adjudicatário será responsável, perante as autoridades competentes, pelas condições de salubridade, higiene, qualidade e segurança alimentares.
- 6.6 A CP reserva-se o direito de acionar os mecanismos legais, tendo em vista a eliminação das anomalias detetadas.
- 6.7 O adjudicatário deverá efetuar um rigoroso controlo de qualidade para verificar a perfeita realização das operações contratadas, devendo disso fazer prova quando solicitado.
- 6.8 O adjudicatário deverá efetuar a limpeza e arrumação dos equipamentos a bordo do comboio e do espaço a seu cargo na zona do bar (interior do bar, balcão e zona exterior adjacente, de uso pelos clientes), de forma a garantir as melhores condições de higiene.

7. Instalações

- 7.1 Para apoio da exploração, o adjudicatário poderá utilizar as seguintes instalações:
- a) Armazém na estação de Lisboa - St.^a Apolónia, ficando a seu cargo todas as despesas de cedência de utilização, instalação, adaptação e conservação e de utilização de telefone, bem como de contratação de serviços e consumos de água e de eletricidade;
 - b) Sala na estação de Porto Campanhã.
- 7.2 No caso das instalações localizadas em Lisboa Santa Apolónia, as mesmas, caso o adjudicatário assim pretenda, serão subconcessionadas pela CP pelo montante de 2.185,00€/mês + IVA, a pagar mensalmente pelo adjudicatário, sendo este atualizado anualmente, para o ano n, de acordo com o coeficiente de atualização das rendas respetivo (variação média do Índice de Preços no Consumidor (IPC), sem habitação, entre setembro e agosto do ano n-1).
- 7.3 O adjudicatário não poderá efetuar quaisquer obras nas instalações da CP sem o seu prévio consentimento.
- 7.4 Cabe ao adjudicatário informar a CP da necessidade de quaisquer obras e/ou reparações, em especial as urgentes.



- 7.5 No caso de obras e/ou reparações urgentes, o adjudicatário disso dará conta à CP, por carta registada com aviso de receção, no prazo máximo de vinte e quatro horas.
- 7.6 Terminado este prazo sem que se veja realizada a notificação referida no número anterior, a CP não se responsabilizará por quaisquer vicissitudes resultantes da inépcia do adjudicatário.
- 7.7 Considerando que, nos comboios AP Porto/ Faro/ Porto, IC Lisboa/ Faro/ Lisboa e Lisboa/ Évora (/Elvas)/ Lisboa o trajeto não inclui sempre Lisboa - St.^a Apolónia – cfr. Anexo 3 -, cabe ao adjudicatário garantir os meios necessários ao armazenamento e abastecimento dos produtos objeto do presente contrato.
- 7.8 O adjudicatário deverá dispor de instalações, sua propriedade ou não, para assegurar a prestação do serviço, sendo responsável pela sua manutenção, nomeadamente nos locais de descarga obrigatória, indicados no Anexo 3.
- 7.9 Com a outorga do contrato o adjudicatário informará a CP da morada das instalações a que se refere o número anterior.
- 7.10 A CP pode, a qualquer momento, e sem qualquer pré-aviso, aceder às instalações do adjudicatário ou seus fornecedores ou subcontratados, para a realização de auditorias que a CP entenda necessárias.
- 8.1 O adjudicatário poderá editar folhetos promocionais dos produtos que comercializa a bordo, que divulgará junto dos Serviços Comerciais da CP, nomeadamente para colocação a bordo, em bilheteiras, Lounge, agências de viagens, feiras.
- 8.2 Os folhetos deverão respeitar a imagem de qualidade dos serviços AP e IC e terão de ter sempre o prévio conhecimento e acordo da CP.
- 8.3 O adjudicatário deverá realizar uma promoção mensal sobre um produto específico, com o objetivo de incentivar os passageiros a utilizarem o serviço de bar.

9 Imagem e fardas



- 9.1 A imagem dos equipamentos, fardamento, menus e demais materiais e bens utilizados pelo adjudicatário na prestação dos serviços deve ser adequada à imagem da CP, carecendo da sua aprovação prévia.
- 9.2 O fardamento é de uso obrigatório e deve ser usado no seu todo, de acordo com a época do ano, sem utilizar outro diferente do aprovado.

10 Bares e Equipamentos

- 10.1 A CP disponibilizará os bares das composições "CPA" que realizam os comboios AP e as carruagens bar que realizam os comboios IC e respetivos equipamentos em perfeitas condições de funcionamento.
- 10.2 Os bares dos AP e IC dispõem dos equipamentos fixos e móveis descritos nos Anexos 1 e 2.
- 10.3 Os comboios AP e IC não estão equipados com máquina de café e os comboios IC não estão equipados com micro-ondas, pelo que é da responsabilidade do adjudicatário a sua aquisição e respetiva manutenção.
- 10.4 O adjudicatário poderá ainda propor a instalação de outros equipamentos não mencionados neste Caderno de Encargos, que entenda serem necessários para valorização do serviço, cuja instalação está sujeita a prévia autorização da CP.
- 10.5 O adjudicatário é o responsável pelo bom funcionamento dos equipamentos a bordo, utilizados na sua exploração.
- 10.6 O adjudicatário é o responsável pela reparação das anomalias dos equipamentos cedidos pela CP, salvo se se comprovar que não são devidas a fato imputável ao adjudicatário ou a utilização incorreta.
- 10.7 O adjudicatário é o único responsável pela manutenção e anomalias verificadas no equipamento por si disponibilizado.
- 10.8 A alimentação dos equipamentos é interrompida a cada zona neutra existente (aproximadamente de 30 em 30 km) no percurso do comboio, o que acontece com uma periodicidade entre 10 e 20 minutos. Este corte de alimentação tem uma duração aproximada de 30 segundos.

11 Execução do serviço

Sem prejuízo de outras obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações:

- 11.1 Assegurar em permanência os serviços objeto do contrato, nos termos definidos no presente Caderno de Encargos;
- 11.2 Zelar e manter em condições de higiene e salubridade os espaços cedidos pela CP;
- 11.3 Obter todas as licenças e autorizações necessárias, suportando os respetivos encargos, bem como encarregar-se de quaisquer outras despesas ou encargos que recaiam sobre o exercício da atividade objeto do contrato;
- 11.4 Enviar, mensalmente, uma cópia integral das reclamações recebidas a bordo ao gestor do contrato nomeado pela CP;
- 11.5 Enviar a calendarização das ações de desinfestação ou outras semelhantes, em cumprimento das normas da HACCP que decorram nas instalações a seu cargo, bem como a bordo dos comboios objeto do contrato;
- 11.6 Não introduzir alterações aos serviços sem o prévio consentimento por escrito da CP;
- 11.7 Não executar qualquer alteração nos equipamentos ou decoração a bordo dos comboios sem prévia autorização por escrito da CP;
- 11.8 Não utilizar o nome ou imagem da CP sem o seu prévio consentimento;
- 11.9 Notificar a CP da necessidade de efetuar reparações importantes ou substituir equipamentos ou materiais de propriedade desta;
- 11.10 Manter expostos nos bares dos comboios, em locais apropriados, as tabelas de preços atualizadas dos serviços assegurados a bordo;
- 11.11 Suportar os encargos com os contratos de consumo de água, luz, gás e telecomunicações respeitantes às áreas cedidas pela CP.

12 Pessoal



- 12.1 Cabe ao adjudicatário suportar todos os encargos e responsabilidades com o pessoal utilizado a seu cargo, nomeadamente relativos a transportes e seguros de acidentes de trabalho e de responsabilidade civil, em garantia de eventuais indemnizações por quaisquer estragos ou danos materiais e humanos causados pelo seu pessoal, durante a prestação dos serviços.
- 12.2 São da exclusiva responsabilidade do adjudicatário as obrigações relativas à aptidão profissional do pessoal utilizado nos serviços objeto do contrato a celebrar.
- 12.3 A CP pode impor ao adjudicatário a retirada do pessoal que entender não possuir suficiente idoneidade profissional ou cuja permanência seja inconveniente para a disciplina ou para o bom andamento dos serviços a seu cargo ou para o serviço prestado pela CP, designadamente por violação de regras de urbanidade para com os passageiros e trabalhadores da CP ou em incumprimento das regras de apresentação e indumentária previstos no presente Caderno de Encargos ou nos regulamentos internos da CP.
- 12.4 Sem prejuízo do regime legal ou convencional aplicável, e do eventual direito de regresso que lhe assista, o adjudicatário compromete-se perante a CP a pagar aos respetivos trabalhadores quaisquer créditos laborais vencidos e não pagos pelo anterior cocontratante dos serviços adjudicados.
- 12.5 No início da execução do Contrato, e sempre que a CP o solicitar, o adjudicatário obriga-se a comunicar, por escrito, à CP, o número de pessoas que tem ou terá afeto à prestação dos serviços, por local, indicando o respetivo nome, categoria profissional, vínculo laboral à empresa e horário de serviço.
- 12.6 Quaisquer alterações ao quadro inicial de trabalhadores deverão ser comunicadas à CP, carecendo as mesmas de aprovação por parte da CP.
- 12.7 O adjudicatário deverá desenvolver ações com vista à minimização da rotação dos colaboradores afetos à prestação de serviços na CP, de forma a garantir consistência e qualidade dos serviços prestados.



- 12.8 Em nenhum caso serão imputáveis à CP responsabilidades que, direta ou indiretamente, resultem do não cumprimento das respetivas disposições legais.
- 12.9 Cabe ao adjudicatário a responsabilidade de recrutar, selecionar, e gerir o pessoal afeto aos serviços a assegurar, devendo garantir que os mesmos cumprem as regras de apresentação e indumentária previstas no presente Caderno de Encargos e nos regulamentos internos da CP.
- 12.10 O adjudicatário é o único responsável pelo pagamento das remunerações ao pessoal que esteja ao seu serviço, bem como por todas as contribuições obrigatórias por lei e seguros, que lhe incumbem enquanto entidade patronal.
- 12.11 Todo o pessoal ao serviço do adjudicatário deverá ser portador de uma credencial onde conste o nome e a função, credenciais a emitir pela CP com uma antecedência de trinta dias relativamente à data em que as mesmas venham a ser necessárias, salvo nos casos de alteração pontual de pessoal, devidamente justificada, caso em que a antecedência poderá ser de oito dias.
- 12.12 As referidas credenciais deverão ser devolvidas à CP no prazo de oito dias após a data em que, por qualquer motivo, deixem de ser necessárias.
- 12.13 O pessoal ao serviço do adjudicatário deverá usar crachás com a sua identificação e apresentar-se fardado.
- 12.14 Em nenhum caso serão imputáveis à CP responsabilidades que, direta ou indiretamente, resultem do não cumprimento das respetivas disposições legais.
- 12.15 O adjudicatário deverá elaborar um Manual da Tripulação que descreva as tarefas realizadas pelo pessoal de bordo e recursos utilizados para que sejam realizadas com os níveis de qualidade exigidos e procedimentos a seguir antes, durante e no final de cada viagem.
- 12.16 O adjudicatário deverá assegurar que o seu pessoal no serviço de bordo:
- a) Frequenta formação inicial, relativa, nomeadamente, às regras de tratamento dos Clientes CP; e
 - b) Seja fluente em língua inglesa.



13 Trabalhadores afetos à prestação de serviços

O adjudicatário obriga-se ao cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do CCP.

14 Segurança

- 14.1 Os trabalhadores do adjudicatário, afetos aos diferentes serviços, devem ser, por aquele, formados de forma a cumprirem as normas de Higiene e Segurança no Trabalho, os Regulamentos de Segurança, as disposições do sistema de gestão ambiental e outros em vigor na CP.
- 14.2 Deve ser apresentado pelo adjudicatário à CP, o plano de formação.
- 14.3 Após a formação, referida no número anterior, o adjudicatário deverá entregar à CP o registo nominal de presença dos formandos na referida ação.

15 Procedimentos Ambientais e Gestão de Resíduos

- 15.1 Embora podendo utilizar as estruturas da CP destinadas à recolha de resíduos e efluentes, sempre que elas existam e sejam adequadas, a responsabilidade pelo destino a dar aos resíduos produzidos ou recolhidos no decurso da sua atividade é da inteira responsabilidade do adjudicatário.
- 15.2 O adjudicatário deverá desenvolver as suas atividades, garantindo o cumprimento das políticas e sistema de gestão ambiental da CP, bem como da legislação em vigor.
- 15.3 No caso de haver alterações no período de vigência do contrato, o adjudicatário deverá adaptar a sua atividade de forma a garantir o seu cumprimento.
- 15.4 Todos os resíduos, que careçam de tratamento específico, deverão ser reencaminhados, de acordo com a legislação em vigor, para os locais apropriados para o efeito, sendo o mesmo da responsabilidade do adjudicatário.
- 15.5 Todos os custos associados a esta operação são da responsabilidade do adjudicatário.
- 15.6 O adjudicatário deve demonstrar conhecimento sobre combate a incêndio. As evidências podem incluir conteúdos programáticos, planos de formação e registo de colaboradores na ação de formação.

16 Seguros

- 16.1 O adjudicatário deve contratar, por sua conta, os contratos de seguro necessários que garantam a cobertura dos riscos e danos resultantes da execução do contrato e do seu objeto, junto de uma seguradora autorizada a exercer a atividade seguradora em Portugal, de acordo com os números seguintes.
- 16.2 Os contratos de seguro deverão ser emitidos, contra todos os riscos e danos referidos, em nome do adjudicatário e no da CP, por forma a que ambos fiquem a coberto, nomeadamente quanto aos danos causados aos passageiros.
- 16.3 A contratação dos seguros referidos nesta cláusula não constitui qualquer limitação das obrigações e responsabilidades decorrentes deste Caderno de Encargos e do contrato para o adjudicatário.
- 16.4 Os contratos de seguro, que o adjudicatário deve contratar, devem abranger, nomeadamente:
- a) Perdas ou danos causados à CP, ou aos seus agentes e a terceiros em geral, cuja responsabilidade seja imputável, no todo ou em parte, ao adjudicatário ou seus agentes;
 - b) Perdas ou danos, nomeadamente roubo e incêndio;
 - c) Seguro de Responsabilidade Civil;
 - d) Seguros Obrigatórios.
- 16.5 Nos contratos de seguro celebrados não serão admitidas reduções de capital ou das garantias, bem como a suspensão ou cancelamento das apólices e/ou modificação das franquias, mesmo em caso de não pagamento do respetivo prémio, sem a autorização prévia da CP, solicitada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 16.6 Em caso de não pagamento do prémio, as seguradoras concederão à CP a possibilidade de se substituir ao adjudicatário no pagamento dos prémios não pagos.



- 16.7 O disposto nos anteriores números deverá ser confirmado, de forma inequívoca, pelas seguradoras nas apólices de seguro respetivas ou em atas adicionais.
- 16.8 O adjudicatário deverá entregar ao gestor contratual indicado pela CP, nos 15 (quinze) dias seguintes à celebração do contrato, cópia das apólices de seguro e das respetivas atas adicionais, caso existam.
- 16.9 Os seguros devem obrigatoriamente conter uma cláusula de reposição automática de capital, sempre que ocorra um sinistro participado à(s) seguradora(s), em todas as apólices que vejam reduzido o seu capital, em valor equivalente ao volume das indemnizações liquidadas e/ou previstas.
- 16.10 Antes da subscrição dos contratos de seguro definidos, o adjudicatário deverá submeter à aprovação da CP o clausulado de cada uma das apólices e a indicação das entidades seguradoras envolvidas. As seguradoras deverão declarar por escrito quais os resseguradores envolvidos nas coberturas, com a indicação, caso a caso, contrato a contrato, da percentagem assumida nas garantias.
- 16.11 Os encargos referentes a todos os seguros, bem como qualquer dedução efetuada pela companhia seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável, serão da conta do adjudicatário, independentemente do seu montante ter de merecer a aprovação da CP.
- 16.12 Caso o adjudicatário não contrate, pague ou atualize qualquer dos seguros referidos nos números anteriores, poderá a CP, em alternativa à resolução do contrato, substituir-se ao adjudicatário, pagando os prémios que forem devidos e deduzindo as correspondentes quantias nos pagamentos a fazer ao adjudicatário ou acionando a caução para esse efeito.
- 16.13 O adjudicatário é obrigado a entregar à CP uma cópia dos contratos de seguro referidos nos números anteriores e a exibir, sempre que tal lhe seja solicitado por esta, o comprovativo dos pagamentos atempados dos respetivos prémios.
- 16.14 Os contratos de seguro reger-se-ão pelo direito português e o foro competente para dirimir quaisquer questões relativas ao seguro é o da comarca de Lisboa.



- 16.15 Os contratos de seguro referidos nos números anteriores cobrirão os danos resultantes de eventos ocorridos entre a assinatura do contrato e entrega das instalações concessionadas, terminado o contrato, não podendo os mesmos cessar antes desta data sem o acordo expresso dado por escrito pela CP.

17 Circulações

- 17.1 O número estimado de circulações regulares no período de duração máxima do contrato (2 anos e 9 meses) é de:
- a) **20.553** circulações Alfa Pendular para os eixos Lisboa-Porto, Lisboa-Braga e Porto-Faro, das quais 7.473 no primeiro ano de contrato, 7.449 no segundo ano e 5.631 no terceiro período, de 9 meses;
 - b) **40.949** circulações Intercidades para os eixos Lisboa-Porto, Lisboa-Braga, Lisboa-Guimarães, Lisboa-Faro, Lisboa-Évora(-Elvas) , Lisboa-Valença e Lisboa-Covilhã-Guarda, Lisboa/Coimbra-B/Guarda, das quais 14 878 no primeiro ano de contrato, 14.858 no segundo ano e 11.213 no último período, de 9 meses.
- 17.2 Os horários e circulações da oferta regular estão disponíveis para consulta em <https://www.cp.pt/passageiros/pt/consultar-horarios>, sem prejuízo da consulta dos avisos em www.cp.pt.
- 17.3 Sem prejuízo do número anterior, por razões comerciais, de serviço público ou devido a interdições programadas das infraestruturas ferroviárias, a CP pode proceder à alteração do objeto do contrato, aumentando ou reduzindo número de circulações previstas em 17.1.
- 17.4 As alterações referidas no número anterior devem ser comunicadas ao adjudicatário com a antecedência mínima de 30 dias, sendo que, em casos excecionais, poderá verificar-se a necessidade de comunicação com uma antecedência de 24 horas.
- 17.5 Em caso de redução ou aumento de circulações o valor fixo mensal global é reduzido ou aumentado de acordo com os preços unitários referidos no n.º 5 da cláusula seguinte.

18 Preço e condições de pagamento e faturação



- 18.1 A exploração é feita por conta e risco do adjudicatário, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.
- 18.2 As verbas recebidas pelo adjudicatário pela exploração do serviço constituem sua receita própria.
- 18.3 A CP pagará ao adjudicatário os seguintes preços:
- a) Um preço fixo mensal, referente aos serviços regulares previstos, e resultante da proposta adjudicada, que não pode ser superior a 371.750,00 € (trezentos e setenta e um mil e setecentos e cinquenta euros) por mês.
 - b) Um valor variável, para os comboios especiais e desdobramentos, de 125,00€ € (cento e vinte e cinco euros) por tripulante, cujo total para toda a duração do contrato não pode ultrapassar 77.250,00€ (setenta e sete mil e duzentos e cinquenta euros).
 - c) Eventuais aumentos/reduções, em relação ao valor fixo global referido na alínea a), nos termos previstos no presente caderno de encargos, designadamente no art. 18.5.
- 18.4 O preço base do presente procedimento, ou seja, o preço máximo a pagar pela CP pela execução de todas as prestações previstas nas alíneas a) b) e c) do número anterior, não poderá exceder o valor global de 12.714.000,00€ (doze milhões e setecentos e quatorze mil euros), para o período de duração máxima do Contrato (2 anos e 9 meses).
- 18.5 Em caso de alteração dos serviços previstos, por imposição legal ou por aumento ou redução da oferta comercial regular, nos termos previstos no presente caderno de encargos, ou não prestação de algum serviço, por qualquer motivo, o valor a pagar mensalmente é ajustado em função dos serviços efetivamente realizados em cada mês, considerando um valor unitário por comboio/dia de 125,00€ (cento e vinte e cinco euros).
- 18.6 Os preços serão revistos anualmente, com referência a abril, mediante a aplicação, a 50% dos mesmos preços, da variação do Rendimento Mensal Mínimo Garantido (RMMG).
- 18.7 Aos preços previstos nos números anteriores acresce o IVA à taxa legal aplicável.

- 18.8 Os serviços serão faturados pelo adjudicatário aos preços previstos na proposta e no contrato, devendo ser respeitado o quadro normativo aplicável, designadamente o regime legal aplicável à assunção de compromissos plurianuais e os limites constantes da Portaria n.º 678/2024/2, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 171, de 04.09.2024.

19 Caução

- 19.1 O adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% (cinco por cento) do preço previsto na cláusula 18.3 alínea a), relativo à vigência do Contrato.
- 19.2 A caução permanecerá válida até cessarem todas as obrigações do adjudicatário decorrentes do Contrato, sendo libertada pela CP no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a aprovação dos trabalhos realizados e da extinção de todos os efeitos jurídicos do Contrato, salvo se houver lugar à sua execução parcial ou total.
- 19.3 A caução pode ser executada pela CP sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer importâncias que se mostrem devidas por força do não cumprimento por aquele das obrigações legais ou contratuais, designadamente por sanções pecuniárias aplicadas nos termos previstos no contrato, prejuízos incorridos pela CP, por força do incumprimento do contrato e a importâncias fixadas no contrato a título de cláusulas penais, bem como eventuais prejuízos ou danos causados a passageiros.
- 19.4 Sempre que a CP exerça o direito previsto no número anterior, o adjudicatário obriga-se a repor o valor inicial da caução prestada à CP, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

20 Penalidades

- 20.1 Ao adjudicatário serão aplicadas as seguintes penalidades:
- a) Não realização de serviço de bar:
 - i. Em Alfa Pendular: 750,00 €, por circulação;
 - ii. Em Intercidades: 500,00 €, por circulação;
 - b) Não realização de serviço de mini-bar: 250,00 €, por circulação;
 - c) Incumprimento do número de produtos previsto na cláusula 5.3 ou na oferta proposta pelo adjudicatário e aprovada pela CP, a

aferir durante a primeira hora da viagem: 100,00 € por circulação;

d) Reclamação de cliente no livro ou mediante outros meios: 250,00;

e) Falta ou irregularidade de fardamento: 100,00 €, por circulação;

f) Falta de limpeza ou violação de condições de higiene: 100,00 €, por circulação;

g) Indisponibilidade da máquina de café ou de micro-ondas: 100,00 €, por circulação;

h) Modificação da oferta ou de preços sem aprovação prévia da CP: 100,00 €, por ocorrência;

i) Violação do previsto na cláusula 6.2: 250,00 € por ocorrência;

j) Não implementação do sistema de pedidos com entrega ao lugar previsto na cláusula 5.13, no prazo estabelecido: 500,00€ por cada mês de atraso.

20.2 Independentemente das penalidades referidas nos números anteriores, a CP reserva-se o direito de resolver o contrato quando a gravidade da infração ponha em causa a subsistência da relação contratual.

20.3 As penalidades previstas nos números anteriores devem ser pagas à CP no prazo de 30 dias após a emissão da respetiva fatura.

20.4 A soma das penalidades por atraso, referidas nos números anteriores, não poderá ultrapassar 20% do valor global do contrato.

20.5 O valor das penalidades calculadas nos termos dos números anteriores poderá ser cobrado pela CP através de compensação nos valores devidos ao adjudicatário no âmbito do presente contrato, ou através de acionamento das garantias bancárias.

21 Incumprimento contratual por motivo de greve

21.1 Se, por motivo de greve dos tripulantes e/ou do pessoal de terra do adjudicatário, independentemente de os motivos serem imputáveis ou não ao adjudicatário, os serviços objeto do presente Caderno de Encargos não forem efetuados, a CP irá descontar os serviços não prestados e cujo valor unitário é de 125,00€ /por comboio e por dia de greve.

- 21.2 Acresce ainda que, na situação prevista no número anterior, o adjudicatário fica sujeito às penalidades previstas no número 20.1.a), exceto se a CP considerar que a greve se deveu a motivos não imputáveis ao adjudicatário.
- 21.3 A CP reserva-se ainda o direito de contratar serviços alternativos para os dias de greve.
- 21.4 O adjudicatário obriga-se a comunicar, de imediato, à CP todos os pré-avisos de greve que receba.
- 21.5 A CP deve comunicar, logo que possível, ao adjudicatário se vai ou não exercer o direito previsto no número 3 da presente cláusula.

22 Comunicações e Gestores do Contrato

- 22.1 Sem prejuízo de alteração por escrito por qualquer das partes, são nomeados como Gestores do Contrato, aos quais incumbe, nomeadamente, a coordenação das comunicações, da documentação técnica e das operações previstas, os seguintes:

a) CP:

A/C.: XXXXXXXXXXXXXXXX

Morada: XXXXXXXXXXXXXXXX

Tel: XXXXXXXXX

Fax: XXXXXXXXX

Email: XXXXXXXXX

b) FORNECEDOR:

A/C.: XXXXXXXXXXXXXXXX

Morada: XXXXXXXXXXXXXXXX

Tel: XXXXXXXXX

Fax: XXXXXXXXX

Email: XXXXXXXXX



- 22.2 Todas as comunicações escritas da CP ou dos seus mandatários de que seja destinatário o adjudicatário serão efetuadas mediante o envio de carta, ou correio eletrónico utilizando os dados indicados acima, sem prejuízo da sua alteração superveniente, que deverá ser comunicada à outra parte no prazo máximo de 30 dias contados da respetiva verificação, por qualquer dos meios indicados.

23 Alterações

Qualquer alteração ao contrato só será considerada válida desde que efetuada por escrito, em documento assinado por ambas as partes, com expressa menção das cláusulas alteradas ou aditadas.

24 Idioma

A Língua Portuguesa, na qual o contrato será redigido, deverá ser a língua utilizada em todos os documentos e correspondência relativa à sua execução.

25 Lei aplicável e foro competente

- 25.1 Nos termos do n.º 3.º do art.º 280.º, do CCP, ao contrato será aplicável a Parte III do mesmo código no que concerne a regime de invalidade, cessão, subcontratação e limites de modificação objetiva.
- 25.2 Para dirimir quaisquer questões ou litígios emergentes da interpretação, aplicação, cumprimento ou incumprimento do disposto nos documentos relativos ao presente procedimento ou contrato a celebrar entre as partes, será exclusivamente competente o Tribunal da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

26 Despesas e encargos

São de conta do adjudicatário as despesas e encargos inerentes à elaboração e apresentação da proposta e à celebração do contrato.

27 Visto Prévio pelo Tribunal de Contas

- 27.1 O contrato decorrente do presente procedimento será submetido a visto prévio do Tribunal de Contas, só podendo entrar em vigor com a comunicação da concessão (expressa ou tácita) do referido visto.



- 27.2 A CP informará o adjudicatário da concessão do visto do Tribunal de Contas, e do início do serviço, conferindo-lhe um prazo de mínimo de 15 (quinze dias) para o início da prestação de serviços.
- 27.3 No prazo indicado no número anterior, o adjudicatário encetará as diligências necessárias, nomeadamente relacionadas com a transmissão dos contratos de trabalho dos trabalhadores, afetos à prestação dos serviços.
- 27.4 Quando haja mudança de adjudicatário, e seja justificado, a CP pode autorizar a prorrogação do prazo concedido para o início da prestação dos serviços, a qual não poderá exceder o limite máximo de 1 (um) mês, a contar da comunicação, referida na cláusula 27.2.
- 27.5 O valor mensal a pagar no mês de início da prestação será proporcional ao tempo de serviço prestado nesse mês.
